



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO MURTINHO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

## - Secretaria Municipal de Governo -

### - Diretoria de Planejamento -

LEI N.º 1.186/00

DE 28 DE JUNHO DE 2.000

Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o ano de 2.001 e dá outras providências.

**MYRIAN CONCEIÇÃO SILVESTRE DOS SANTOS, PREFEITA MUNICIPAL DE PORTO MURTINHO, ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e Eu sanciono a seguinte Lei:

### DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

**Art. 1º** – Esta Lei fixa as Diretrizes Orçamentárias do Município de Porto Murtinho para o exercício de 2.001, compreendendo o disposto no artigo 139 da Lei Orgânica do Município e o disposto na Lei Complementar n.º 101 de 04 de Maio de 2.000, com opção ao Art. 63 da referida Lei Complementar, atendendo:

- I. Diretrizes da administração Pública Municipal;
- II. Orientações para elaboração dos Orçamentos Anuais do Município;
- III. Limites para elaboração da proposta orçamentária do Poder Legislativo Municipal e da Fundação para Desenvolvimento de Porto Murtinho;
- IV. As disposições sobre as alterações na Legislação Tributária;
- V. As disposições sobre as despesas com pessoal e encargos sociais;
- VI. Prioridades e metas da Administração Municipal, incluindo os critérios e forma de limitação de empenho;

### CAPÍTULO – I

#### DAS DIRETRIZES PARA O ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

##### Seção I

#### DAS DIRETRIZES GERAIS

**Art. 2º** - Na estimativa da Receita serão considerados os efeitos das modificações na legislação tributária, segundo os itens especificados no CAPÍTULO II desta Lei.

**Art. 3º** - No Projeto de Lei Orçamentária anual as previsões de Receita observarão o dispositivo contido no Art. 12 e seus parágrafos da Lei Complementar n.º 101/2.000.

**Parágrafo Único**- A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária ou renúncia de receita, deverá ser observado os dispositivos do Art. 14 da Lei Complementar n.º 101/2.000.

**Art. 4º** - Terão prioridades, na administração a manutenção de atividades e a conservação e recuperação de bens próprios.

**Art. 5º** - Os projetos em fase de execução terão, sobre tudo preferência sobre novos projetos.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO MURTINHO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

## - Secretaria Municipal de Governo -

### - Diretoria de Planejamento -

**Art. 6º** - Serão assegurados os recursos destinados para as despesas de capital, de acordo com o plano Plurianual de investimentos, para o triênio em cursos, observadas o que dispõe o Art. 9º e 15 da Lei Complementar n.º 101/2.000.

## SEÇÃO II

### DAS DIRETRIZES DOS ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

**Art. 7º** - Os orçamentos fiscal e da seguridade social compreenderá as Receitas e Despesas da administração direta, indireta, fundos e de fundações instituídas e mantidas pelo município, de modo a evidenciar as políticas e programas de governo, obedecidas as disposições estabelecidas nas legislações Federais, Estaduais e Municipais, principalmente a Lei Complementar n.º 101/2.000.

**Art. 8º** - Para efeito do disposto no Art. 16 da Lei Orgânica do Município, fica estipulado o limite percentual de 8,0 (oito por cento) do somatório da **RECEITA TRIBUTÁRIA, IMPOSTO DE RENDA RETIDO NA FONTE, ITR, IPVA, ICMS, FPM E IPI**, conforme emenda Constitucional n.º 25 de 14 de Fevereiro de 2.000, especificado no anexo II.

§ 1º - A Proposta Orçamentária do Poder Legislativo Municipal deverá ser elaborado na forma da Lei Complementar n.º 101 de 04 de Maio de 2.000, por ato da Mesa Diretora da Câmara Municipal e encaminhado ao Poder Executivo Municipal até 31 de Agosto de 2.000, para compor o Projeto de Lei do Orçamento Geral do Município.

§ 2º - Para o cumprimento do parágrafo anterior, o Poder Executivo fica obrigada a informar à Mesa Diretora da Câmara Municipal a previsão de Receita Corrente do município para o exercício de 2.001, nos termos do Caput do presente artigo, até o dia 03 de Agosto de 2.000, nos termos da Lei Complementar n.º 101/2.000.

§ 3º - Reestimativa de Receita por parte do Poder Executivo só será admitida se comprovado erro ou omissão, na forma do § 1º do Art. 12 da Lei Complementar n.º 101/2.000.

§ 4º - O Poder Executivo Municipal, deverá encaminhar ao Poder Legislativo até o dia 30 de Outubro de 2.000 o Projeto de Lei que Dispõe sobre o Orçamento Geral do Município.

§ 5º - É vedado ao Poder Executivo alterar a proposta orçamentária do Poder Legislativo elaborada nos termos desta LDO e encaminhada ao Poder Executivo no prazo determinado.

**Art. 9º** - As despesas total com pessoal e encargos sociais, não poderão exceder os percentuais da Receita Corrente Líquida, a seguir discriminados:

I - 6% (seis por cento) para o Poder Legislativo;

II - 54% (cinquenta e quatro por cento) para o Poder Executivo.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO MURTINHO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

## - Secretaria Municipal de Governo -

### - Diretoria de Planejamento -

§ 1º - Considera-se Receitas Líquidas, as Receitas previstas no Inciso IV do Art. 2º da Lei Complementar n.º 101/2.000.

**Art. 10º** - As despesas com manutenção e desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, observará no mínimo, o limite determinado pelo Art. 212 da Constituição Federal, bem como as exigências contidas na Emenda Constitucional n.º 14/1.996 e regulamentada pela Lei 9.424 de 24 de Dezembro de 1.996.

**Art. 11** - Os recursos ordinários do Tesouro Municipal somente poderão ser programados para atender despesas de capital, após atendidas as despesas com pessoal e seus encargos sociais, serviços da dívida, precatórios judiciais e outras despesas de custeio administrativo, operacional e transferências, bem como de programas financiados e aprovados por Leis Municipais, onde a Prefeitura tem a sua efetiva contrapartida.

§ 1º - Verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas tanto para o Poder Executivo e Legislativo, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subsequentes, promoverão limitação de empenho e movimentação financeira, pela ordem abaixo discriminadas:

I – Investimentos;

II – Custeio.

**Art. 12** - É vedada a inclusão na Lei Orçamentária, bem como em suas alterações, de dotações a título de subvenções sociais para entidades públicas Federais, Estaduais ou Municipais, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, ressalvadas as autorizações em Lei específica as transferências e aplicações de recursos destinados a entidades municipais para atendimento das ações de assistência social, educacional, cultural e econômica, observando-se ainda as disposições contidas no art. 19, da Constituição Federal quando envolver gastos públicos a títulos de colaboração de interesse público, firmados os respectivos convênios, termos ou ajustes financeiros, quando exigido.

§ 1º - A transferência de recursos públicos para setor privado, atenderá o disposto no Art. 26 e 27 da Lei Complementar n.º 101/2.000.

**Art. 13** - Na fixação das despesas serão observadas, de preferência, as prioridades e metas constantes no ANEXO I, integrante desta Lei.

**Art. 14** - Na Lei Orçamentária Anual, que apresentará em conjunto a programação do orçamento fiscal e seguridade social, a discriminação das despesas far-se-á por categorias de programações, indicando-se a sua natureza, cuja classificação obedecerá as normas gerais da Lei Federal n.º 4.320/64 e suas alterações posteriores, bem como as estabelecidas na Lei Complementar n.º 101/2.000.

§ 1º - A classificação a que se refere este artigo, corresponderá aos agrupamentos dos elementos de natureza da despesa em consonância com a estrutura Orgânica do Município, definida na Lei Orçamentária Anual.

§ 2º - As receitas e despesas do Orçamento Fiscal e Seguridade Social, serão apresentadas de forma sintética e agregada, evidenciando o déficit ou superávit corrente e o total do orçamento.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO MURTINHO**  
**ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**  
**- Secretaria Municipal de Governo -**  
**- Diretoria de Planejamento -**

§3º - A lei Orçamentária Anual, incluirá, dentre outros, os demonstrativos:

- I. das receitas do orçamento fiscal, obedecido ao previsto no Art. 2º §1º da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de Março de 1.964
- II. da natureza da despesa para cada órgão;
- III. dos recursos a amparar o cumprimento para aplicação na manutenção e desenvolvimento do ensino, obedecendo o disposto no Art. 11 desta Lei.

§4º - Além do disposto no “caput” deste artigo, o resumo geral das despesas do Orçamento fiscal, será apresentado na forma do anexo 2, constante da Lei Federal n.º 4.320/64, ou na forma determinada pela legislação complementar Federal.

§5º - As categorias de programações serão identificadas segundo os órgãos e unidades orçamentárias por um programa de trabalho, consolidando as funções, programas, sub - programas projetos e/ou atividades, conforme o vínculo de recursos, e finalmente, por órgãos e funções, em obediência às normas estabelecidas na Lei Federal citada neste artigo.

§6º - O Orçamento da Seguridade Social atenderá no que couber as disposições contidas neste artigo, aplicáveis ao orçamento fiscal.

**Art. 15** - O Projeto de Lei Orçamentária Anual será apresentado com a forma e o detalhamento descrito nesta Lei, aplicando-se no que couber, as demais disposições instituídas pela Lei Complementar n.º 101/2.000.

Parágrafo Único – As propostas de modificações ao Projeto de Lei Orçamentária Anual, ou aos projetos que o modifique, serão apresentadas na forma, o nível de detalhamento, os demonstrativos e as observações estabelecidas no parágrafo 3º do Art. 141 da Lei Orgânica do Município, bem como, observados o que dispõe a Lei Complementar n.º 101/2.000.

**Art. 16** – A receita tributária Municipal não poderá ser inferior a 11% (onze por cento) do total da Receita Orçamentária, inclusive as decorrentes de operações de créditos, possibilitando ao Município firmar convênios, acordos, ajustes ou outros instrumentos congêneres com a União ou com Estado.

**Art. 17** – As receitas próprias de órgãos, fundos, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, serão programadas para atender preferencialmente e respeitadas as peculiaridades de cada um, gastos com pessoal e encargos sociais, juros, encargos e amortização da dívida, contrapartida de financiamentos prioritários, bem como, a racionalização das despesas e obtenção de ganhos de produtividade, no que couber, principalmente observadas as restrições previstas na Lei Complementar n.º 101/2.000.

**Art. 18** – Na fixação das despesas serão observadas as seguintes prioridades e inseridas no Anexo I, integrantes desta Lei, combinado com o artigo 13 da presente Lei:

Parágrafo Único – na elaboração da proposta orçamentária, órgão central de orçamento ouvirá através dos órgãos municipal correspondentes, de comissão representativa da comunidade, as prioridades de projetos, obras e serviços de interesse do Município relacionados especialmente ao desenvolvimento regional, à educação, à assistência social, à cultura, aos tributos sócio –



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO MURTINHO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

## - Secretaria Municipal de Governo -

### - Diretoria de Planejamento -

econômico e outros influentes, visando a consolidação do orçamento fiscal e seguridade social.

**Art. 19** – A inclusão de operações de créditos no Orçamento Anual, somente será consignada até o valor autorizado na Lei Complementar n.º 101/2.000, bem como das despesas oriundas desses recursos.

**Art. 20** – O órgão central, encarregado do Planejamento Municipal, comandará as alterações orçamentárias, observadas as reduções, contenções e não aplicações de despesas em determinadas unidades, em favor de outras unidades orçamentárias, objetivando a aplicação em áreas prioritárias de maiores concentrações e de necessidades de serviços públicos, dentro dos limites fixados na Lei Orçamentária Anual, bem como o cumprimento previsto no Art. 11 da presente Lei.

**Art. 21** – A abertura de créditos adicionais indicará, obrigatoriamente, as fontes de recursos para concorrer às despesas.

**Parágrafo Único** – Os créditos suplementares, autorizados na Lei Orçamentária Anual e abertos por Decretos do Poder Executivo, obedecerão a legislação e os limites estabelecidos no Orçamento Geral do Município.

**Art. 22** – Os orçamentos da Administração Indiretas, constatarão da Lei Orçamentária Anual, em dotações globais, não lhes prejudicando a autonomia da gestão de seus recursos.

**Parágrafo Único** – Da Lei Orçamentária Anual, constará os valores em dotações globais, da receita e despesas das administrações indiretas, cujos orçamentos serão aprovados por Decreto do poder Executivo.

**Art. 23** – A Lei Orçamentária Anual, bem como as suas alterações, não destinará recursos para execução direta pela administração, de projetos e atividades típicos da administração Federal e Estadual, salvo os recursos respectivas despesas oriundos de Termos de Cooperação técnicas e financeiras e/ou convênios autorizados por Lei, e prever contrapartidas do município.

**Parágrafo Único** – Os recursos e respectivas despesas de que trata este artigo, também poderão ser consignados nas receitas e despesas extra – orçamentárias, conforme o caso.

**Art. 24** – A mensagem que encaminhar o Projeto de Lei Orçamentária Anual à Câmara Municipal deverá:

- I. explicar sinteticamente, a situação econômico – financeira do Município, dívida fundamentada, dívida flutuante, saldo de créditos especiais, restos a pagar, e outros compromissos financeiros, e justificativas da receita e despesa, particularmente no tocante ao orçamento de capital.
- II. informações e dados relacionados aos Projetos de Investimentos, de forma a identificar os objetivos a serem especificados, regionalizada no Plano Plurianual de Investimentos do Município.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO MURTINHO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

## - Secretaria Municipal de Governo -

### - Diretoria de Planejamento -

#### CAPITULO II

#### DAS REVISÕES TRIBUTÁRIAS

**Art. 25** – O Poder Executivo providenciará, a fim de assegurar a programação de recursos, revisões tributárias, vinculadas especialmente a:

- I. revisão da legislação e de cadastramento imobiliário, para efeitos de lançamento do IPTU;
- II. recadastramento dos contribuintes do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza ISS, e aprimoramento no sistema de sua fiscalização e cobrança;
- III. reavaliação imobiliária, para cobrança do ITBI;
- IV. controle da Circulação de Mercadorias, produzidas e comercializadas no Município, para efeito do crescimento do índice de participação no ICMS;
- V. amostragens populacionais periódicas, visando a obtenção de ganhos nos recursos do Fundo de Participação do Município – FPM distribuídos em função da receita da União, do Imposto de Renda e Imposto sobre Produtos Industrializados;
- VI. recuperação dos investimentos, através da cobrança da Contribuição de Melhoria;
- VII. cobrança, através das taxas de Serviços Prestados ou exercício do Poder de Polícia, de custos atualizados, em acordo com dimensionamento das despesas aplicadas na prestação dos serviços e nas demais atividade, vinculadas aos contribuintes imobiliários, prestadores de serviço, comércio e indústrias em geral e outras que julgar conveniente financeiramente;
- VIII. Revisão do Código Tributário Municipal.

#### CAPITULO III

#### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

**Art. 26** – Serão admitidas emendas aos projetos de leis orçamentárias obedecidas ao previsto no artigo. 141 da Lei Orgânica do Município, observados os dispositivos previstos na Lei Complementar n.º 101/2.000.

**Art. 27** – Não serão admitidas emendas ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias, quando incompatíveis com o Plano Plurianual de Investimentos.

**Art. 28** – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

*Handwritten signature or mark.*



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO MURTINHO**  
**ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**  
**- Secretaria Municipal de Governo -**  
**- Diretoria de Planejamento -**

Porto Murtinho – MS., 28 de Junho de 2.000.

  
**MYRIAN CONCEIÇÃO SILVESTRE DOS SANTOS**  
- Prefeita Municipal -



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO MURTINHO**  
**ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**  
**- Secretaria Municipal de Governo -**  
**- Diretoria de Planejamento -**

**A N E X O I**

**INTEGRANTES DA LEI N.º 1.186/00**  
**( Artigos 13º e 14º )**  
**DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL**

**I – LEGISLATIVA**

- a) Legislar sobre matéria peculiar ao Município e demais atividades expressas nas Constituições Federal, Estadual, e Lei Orgânica do Município.
- b) Dar continuidade e aperfeiçoar o processo Legislativo no tocante ao atendimento das matérias de sua competência.
- c) Dar consistência nos métodos de fiscalização orçamentária e financeira do Município;

**II – JURÍDICA**

- a) Cumprimento dos precatórios Judiciais.
- b) Representação do Município junto as diversas esfera do Judiciário ( Justiça do Trabalho, Justiça Federal e Justiça Comum ).
- c) Assessoramento quanto à aplicação das Leis ( Constituições Federal e do Estado e lei Orgânica do Município ) e demais Leis e atos do Poder Público.

**III – ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO**

- a) Assessoramento direto ao Chefe do Poder Executivo na elaboração de Projetos de Leis a serem submetidas ao legislativo municipal.
- b) Dar continuidade no sistema de promoção e valorização do Servidor Público Municipal.
- c) Incentivar o treinamento de recursos humanos.
- d) Efetuar aperfeiçoamento nos sistemas administrativos, planejamento, orçamento, prestações de contas, controle interno da Prefeitura, seus órgãos, fundos e entidades da administrações indireta, utilizando pessoal próprio e técnico especializado, principalmente na implantação e cumprimento estabelecidos na Lei Complementar n.º 101/2.000.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO MURTINHO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

### - Secretaria Municipal de Governo -

#### - Diretoria de Planejamento -

- e) Promover a assistência jurídica adequada ao regime em vigência e estabelecido no Município.
- f) Promover e coordenar a divulgação e publicação dos atos públicos municipais, na forma do Art. 131 da Lei Orgânica do Município.
- g) Promover e coordenar a divulgação dos atos público adequados, efetuar a aquisição de veículos, móveis e utensílios, máquinas e aparelhos, computadores e demais equipamentos aperfeiçoados para administração.
- h) No setor fazendário, com finalidade dar assistência nos serviços administrativos, de preferência aquisição de computadores, e equipamentos respectivos.
- i) Restauração do Antigo Paço Municipal.
- j) Construção de posto de lavagem e lubrificação.
- l) Construção, ampliação restauração de salas de aula.
- m) Incentivar a arrecadação de tributos e rendas municipais mediante promoções e competições, construções e/ou aplicações e manutenção de postos fiscais, adquirindo veículos, motorizados e equipamentos para tal finalidade.
- n) Reativação na medida do possível posto de Fiscalização.
- o) Efetuar controle rígido da dívida interna, inclusive da flutuante.
- p) Atender os serviços da Junta do serviço Militar.
- q) Prestar o atendimento necessário relativo às contribuições social e pessoal, serviços e obras.
- r) Enfim, coordenar e assessorar todas as atividades e ações que lhe pertence assegurando com firmeza os encargos devidos pela administração e fazenda e de outros decorrentes dos orçamentos, dando tranquilidade no desempenho dos serviços em geral.

#### IV – AGRICULTURA

- a) Desenvolver atividades e projetos de produção agropecuária, com prioridade aos pequenos produtores.
- b) Dar continuidade e maior avanço aos projetos e atividades com pesquisas e assistência ao produtor rural, de preferência através de convênios firmados com o IAGRO, EMPAER, FUNDAÇÃO – MS e outros decorrentes.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO MURTINHO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

### - Secretaria Municipal de Governo -

#### - Diretoria de Planejamento -

c) Dar continuidade e maior avanço às atividades e projetos ligados ao abastecimento com formação de hortas e pomares comunitários, feiras livres, construção e instalação de obras e/ ou execução de serviços para esta finalidade.

d) Aquisição de bens de consumo ( sementes, mudas, fertilizantes, defensivos e outros produtos agrícolas ) ao pequeno produtor rural.

e) Aquisição de equipamentos e material permanente agrícolas, novos ou já em utilização, para o atendimento ao mini e pequeno produtor rural na conservação do solo, meio ambiente e prestação do solo, meio ambiente e restauração de serviços nas demais atividades correlatas.

f) Estimular a criação de cooperativas.

g) Estimular o governo federal a promover o assentamento fundiário.

h) Executar obras de drenagens.

i) Adquirir frota de máquinas e veículos para mecanização agrícola, inclusive sua manutenção.

j) Efetuar campanhas de defesas vegetal e animal e seus desenvolvimentos, melhorando as raças animais.

l) Realizar o desenvolvimento da pesca.

m) Preservação de recursos, naturais, protegendo a Flora e a Fauna, reflorestamento e conservação do solo.

n) Proteção ao meio ambiente, mediante a aquisição de aparelhos topográficos e frota mecanizada própria para a execução de curvas, níveis, bacias, capacitação de águas, coleta, armazenagem, reciclagem e destino final das embalagens agrotóxicas, ainda a recuperação de terras alagadas, sujeitas a inundações, em parceria com o Estado e União.

o) Enfim dar maior atendimento e consistência ao produtor rural, gerando novos empregos e impostos ao Município.

#### V – COMUNICAÇÕES

a) Gestões junto ao Estado e da União para ampliação da Rede de Telefonia no Município, inclusive celular.

b) Implantação de telefones comunitários: Cachoeira, Bocaiuval, Ingazeira e Aldeia Indígena.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO MURTINHO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

### - Secretaria Municipal de Governo -

#### - Diretoria de Planejamento -

- c) Manter a rede de telefonia interna ligada à administração e serviços públicos.
- d) Manutenção das antenas receptoras de televisão com ampliação de canais em nosso Município.

### VI – DEFESA NACIONAL E SEGURANÇA PÚBLICA

- a) Manter e desenvolver as atividades dos serviços da junta militar.
- b) Atender no que for possível, mesmo mediante convênio, aos serviços de policiamento civil, militar, Conselho Municipal de Segurança e defesa contra sinistros.

### VII – EDUCAÇÃO E CULTURA

- a) Manter e desenvolver o ensino fundamental e Valorização do Magistério, atendendo a demanda escolar em respeito às legislações vigente no tocante aos limites ali estabelecidos nas aplicações respectivas, principalmente o que determina a Lei Federal nº 9.424/96.
- b) Incentivar a frequência do alunos nas escolas, efetuar a aquisição da merenda escolar e promover a sua distribuição gratuita.
- c) Desenvolver o treinamento de professores e pessoal administrativo, a fim de melhorar o ensino em geral.
- d) Dar total continuidade e melhorar o sistema de alunos e professores dentro ou fora do Município, proporcionando – lhes assídua frequência nas salas de aula sejam elas de quaisquer níveis escolares. Para tanto, adquirir novos veículos utilitários e ônibus ou melhorar os já existentes para fins de transporte cômodos e adequado.
- e) Melhorar a situação de comodidade do aluno e do professor nas dependências das unidades , escolares, construindo, ampliando e reformando novas unidades ou já existentes, e colocando novos equipamentos e utensílios para atender os objetivos e metas.
- f) Construir, ampliar e manter creches existentes no Município bem como construir e implantar novas unidades.
- g) Manter os encargos do Pré-escolar.
- h) Atender aos encargos a qualquer título da educação especial.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO MURTINHO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

### - Secretaria Municipal de Governo -

#### - Diretoria de Planejamento -

- i) Promover a erradicação do analfabetismo.
- j) Promover e atender o transporte, manutenção e conservação de prédios escolares e ajuda de custos a professores e estudantes no tocante ao ensino superior, na medida do possível.
- k) Efetuar gestão junto a esfera Federal Estadual no sentido de implantar Cursos de Nível Superior.

#### NA ÁREA DE ESPORTES E CULTURA

- a) Promover, coordenar e atender todas as atividades e projetos ligados ao esporte e cultura, oferecendo prêmios para o desenvolvimento das competições respectivas, podendo na medida do possível oferecer ajudas de custos às entidades, associações esportivas municipais e até mesmo as esportistas individualmente, desde que eles contribuam para o esporte e cultura em favor da comunidade em geral.
- b) Construir, manter e atualizar sempre as bibliotecas públicas municipais.
- c) Construir ou ampliar/reformar as instalações esportivas, oferecendo garantias ao público e aos esportistas, tais como:
  - Ginásio de Esporte;
  - Estádio de Futebol;
  - Quadras de Polivalentes;
  - Campos de futebol, quadras polivalentes módulos desportivos em geral, mesmo aqueles pertencentes a fundações, clubes, ou associações localizada dentro do Município.
- d) Adquirir equipamento, aparelhos e material para a prática do esporte em geral, inclusive os destinados a educação física.
- e) Enfim, promover necessário ao desenvolvimento do esporte amador e profissional.
- f) Defender e zelar o Patrimônio histórico, artístico e arqueológico do Município.
- g) Difundir a cultura em geral, a todas as camadas da população, principalmente o folclore e as datas festivas referente ao Município.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO MURTINHO**  
**ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**  
**- Secretaria Municipal de Governo -**  
**- Diretoria de Planejamento -**

**VIII – HABITAÇÃO E URBANISMO**

- a) Executar os serviços de limpeza pública e coleta de lixo dentro do perímetro urbano, inclusive adjacências, onde possível.
- b) Manter e ampliar o serviço de iluminação pública e extensão de sua rede.
- c) Construir, ampliar, remodelar e manter praças, parques, jardins e logradouros públicos.
- d) Construção da Marina Municipal.
- e) Zelar pelos serviços de cemitérios, inclusive ampliando – os quando necessários e prestação de serviços funerários as pessoas comprovadamente carente.
- f) Construção e instalação de um prédio destinado a velórios.
- g) Execução de obras e equipamentos para destino final do lixo coletado, envolvendo trabalhos de aterros, usinas de incineração e de tratamento.
- h) Execução de obras e aquisição de equipamentos para a Infra – Estrutura, inclusive sua manutenção.
- i) Abrir e reabrir ruas e vias públicas.
- j) Execução de serviços de sinalização das vias urbanas.
- l) Desenvolver os Centros Urbanos.
- m) Adquirir áreas para loteamento popular, promover a construção de casas populares destinadas às famílias de baixa renda, mediante fornecimento de terrenos, materiais de construção, mão de obra para projetos e execução, e outros encargos decorrentes, podendo para o caso, firmar, convênios juntos a órgãos da União, estado, Município ou Instituições privadas e públicas.
- n) Administrar, zelar, coordenar e manter os serviços públicos em geral.
- o) Fiscalizar e analisar projetos de obras a serem iniciadas em nosso Município quanto às normas estabelecidas no Código de obras, Lei de parcelamento e uso do solo e Lei de Zoneamento Vigente, e Código de Postura, inclusive elaborar o Plano Diretor.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO MURTINHO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

## - Secretaria Municipal de Governo -

### - Diretoria de Planejamento -

#### IX – INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS

a) Dar incentivo e apoiar a indústria local mediante doação de terrenos e obras, fornecendo serviços e equipamentos, e oferecendo incentivos fiscais, observados o que dispõe a Lei Complementar n.º 101/2.000.

b) Incentivar também o comércio local mediante o fornecimento de propaganda por quaisquer meios de comunicações afim de promover melhoras vendas e melhorando a arrecadação de impostos devidos ao Município.

c) Promover o turismo no Município.

d) Promoção da divulgação do Potencial Turístico a nível Regional e Nacional.

#### X – SAÚDE E SANEAMENTO

a) Promover e agilizar a assistência médica e sanitária da rede Municipal composta do hospital, Centros e postos de saúde a cargo da administração direta ou Fundo Municipal de Saúde.

b) Oferecer atendimento as pessoas carentes que procuram os serviços de assistência, fornecendo medicamentos, na medida do possível serviços médicos e hospitalares, e encaminhamento quando for necessário para tratamento médico fora do Município.

c) Construção e/ou ampliação de unidade de saúde, de preferência.

- ◆ Ampliação e melhoramento do Hospital César Bordallo;
- ◆ Ampliação e melhoramento dos Centros e Postos de Saúde.
- ◆ Aquisição de veículos e equipamentos apropriados para o setor;
- ◆ Aquisição de equipamentos médicos – hospitalares;
- ◆ Construção e doação de kits para banheiros sanitários para utilização das famílias carentes, mesmo em propriedades particulares.

d) Contribuir financeiramente e fisicamente para o Fundo Municipal, transferindo recursos ou espécies que são devidos pela Prefeitura e oriundos de convênios.

e) Obter recursos financeiros e físicos destinados ao Fundo Municipal de Saúde ou mesmo para a administração direta, mediante convênio e/ou termos cooperações financeiras firmados junto aos órgãos da União e Estados.

f) Promover assistência médica escolar.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO MURTINHO**  
**ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**  
**- Secretaria Municipal de Governo -**  
**- Diretoria de Planejamento -**

- g) Atender na medida do possível, as pessoas carentes necessitadas de alimentação, melhorando o padrão alimentar.
- h) Promover o abastecimento de água tratada dentro do Município em convênio com órgãos da União ou Estado.
- i) Combater a erosão urbana através da realização de obras de asfalto, meio fio, drenagem e galerias de água pluviais.
- j) Proteger o meio ambiente, evitando poluição e defesa contra as secas e inundações.
- l) Enfim dar manutenção a todos os encargos devidos pelo Município aos serviços de saúde e assistência social, inclusive efetuando o controle de erradicação das doenças transmissíveis e fiscalização e inspeção, quando couber.
- m) Estabelecer imediatamente operacionalidade do Departamento de Vigilância Sanitária Municipal, bem como o serviço de fiscalização do mesmo, possibilitando assim ao nosso Município melhor controle na qualidade dos alimentos, instalações comerciais que lhe são oferecidas que certamente acarretará em benefício para o Município.
- n) Obter recursos financeiros junto aos órgãos da União e Estados, para implantação do sistema de saneamento básico e Sistemas de esgotos em nosso Município.

**XI – TRABALHO**

- a) Desenvolver ações visando a segurança do trabalhador através do estabelecimento e divulgação de medidas preventivas.
- b) Desenvolver ações quanto a orientação, coordenação e fiscalização das normas trabalhistas, visando a integração e prevenção dos interesses mútuos, inclusive a valorização do serviço público municipal.
- c) Construção ou ampliação de unidades para escolas profissionalizantes, visando a formação profissional em diversas áreas, inclusive adquirindo equipamentos e aparelhos para tal finalidade e manutenção total.

**XII – ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA**

- a) Manter e aprimorar os serviços e encargos junto a assistência social em geral:



## PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO MURTINHO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

### - Secretaria Municipal de Governo -

#### - Diretoria de Planejamento -

- Assistência ao menor em consignação com o Fundo Municipal da Criança e do Adolescente.
- Assistência ao idoso.
- Assistência comunitária em geral através da Administração Direta ou Indireta ou por intermédio de instituições públicas ou privadas de caráter social e beneficente.

b) Contribuição para o **Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público ( PASEP )**, na forma da Lei.

c) Contribuição devida pelo Município, quando for o caso, para o Fundo de Previdência Municipal – FUNPREV.

d) Atender aos encargos do pessoal inativo e pensionista, através do FUNPREV.

e) Realizar ou ampliar construções civis destinadas ao uso da comunidade em geral, melhorando o sistema e padrão mediante aquisição e equipamentos e materiais específicos, bem como mantê-las de forma regular a fim de dar condições de lazer às frequentadoras.

f) Contribuir financeiramente ou fisicamente para o Fundo Municipal da Criança e do Adolescente.

g) Dar apoio aos Conselhos Municipais que atuam no setor de assistência e Previdência Social, principalmente o LOAS (Lei Orgânica de Assistência Social).

h) Prestar atendimento social e serviços médicos – hospitalares/odontológicos aos servidores públicos municipais na forma que a Lei estabelecer.

### XIII – TRANSPORTE

a) Restaurar e conservar a malha rodoviária municipal.

b) Executar a abertura, reabertura e cascalhamento de estradas vicinais.

c) Construção, reformas e conservação de pontes, bueiros e aterros, carregadores e logradouros nas estradas vicinais ou outras de acesso dentro do município.

d) Aquisição de equipamento novos ou usados para execução de obras e serviços correlatos.

e) Melhoramento com pavimentação do aeroporto.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO MURTINHO  
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

**- Secretaria Municipal de Governo -**

**- Diretoria de Planejamento -**

f) Gestão junto aos órgãos Federal e Estadual na obtenção de recursos para construção do Terminal de Embarque e Desembarque do Aeroporto Municipal.

g) Gestão junto aos órgãos Federal e Estadual para obtenção de recursos para construção do Terminal de Embarque e Desenvolvimento Rodoviário e Fluvial, bem como a implementação do corredor Bio-Oceânica.

h) Proteção do tráfego rodoviário, sinalização, policiamento e manutenção de leito.

i) Controle e segurança do transporte urbano em geral.

j) Conservação e manutenção do dique, através do convênio com a União e o Estado.

l) Execução de obras de pavimentação, meio fio, calçadas, drenagens e geladeiras pluviais nas vias urbanas e logradouros públicos.

m) Ações quanto ao planejamento, construção, implantação e manutenção de áreas destinadas à circulação de veículos e pessoas, tais como: Rotatórias, trevos e vias expressas.

n) Regulamentação da concessão de licença e funcionamento de Táxi e Moto-Táxi.

Porto Murtinho – MS., 28 de Junho de 2.000.

**MYRIAN CONCEIÇÃO SILVESTRE DOS SANTOS**

- Prefeita Municipal -

# Despesa Total da Câmara

limites máximos - Emenda Constitucional 25

Receita = Tributária + Comercialização com  
ouro + IRRF + ITR + IPVA+ ICMS  
+ FPM + IPI

– até 100.000 hab.	– 8%
– de 100.001 a 300.000 hab.	– 7%
– de 300.001 a 500.000 hab.	– 6%
– acima de 500.000 hab.	– 5%